



E-GOV E CIDADANIA, UM LONGO CAMINHO *E-GOV AND CITIZENSHIP, A LONG JOURNEY*

[10.29073/naus.v3i1.811](https://doi.org/10.29073/naus.v3i1.811)

RECEÇÃO: 25 de novembro de 2023.

APROVAÇÃO: 10 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO: 31 de dezembro de 2023.

AUTOR/A 1: Ana Poll , Universidade Federal Fluminense, Brasil, anapaulapoll@yahoo.com.br.

AUTOR/A 2: Ana Silva , Universidade do Minho, Portugal, pg49235@uminho.pt.

RESUMO

A expectativa de que as tecnologias da informação e comunicação (TIC's), especialmente a internet, pudessem encurtar o caminho até a cidadania foi significativamente arrefecida ao longo da última década, sobretudo, pela ascensão do populismo de extrema direita no ocidente. O que esperar do conteúdo e da participação social mediados pelas TIC'S? O objetivo deste artigo é lançar novas inquietações em torno das possibilidades de participação social geradas a partir de um instrumento digital elaborado para consubstanciar o Plano Plurianual (PPA) no âmbito municipal. Assume-se que através da participação em processos decisórios, como na elaboração do plano plurianual, é possível ter uma representação social mais plural no sistema político. Sob a perspectiva da cultura política analisamos o conteúdo e a forma dessa participação através da análise de discurso. Os dados qualitativos revelam que a simples utilização da internet para o acolhimento de sugestões da população não representa, *per se*, uma ampliação do espaço democrático. a adoção de valores e comportamentos democráticos não dependem apenas da elaboração de meios técnicos que viabilizem a participação dos indivíduos; mas sobretudo, da criação de institucionalidades que fomentem a partilha do poder decisório, como conselhos e fóruns.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política Brasileira; Democracia; Internet; Participação Social.

ABSTRACT

The expectation that information and communication technologies (ICTs), especially the internet, could shorten the path to citizenship has been significantly weakened over the last decade, especially by the rise of far-right populism in the West. What to expect from content and social participation mediated by ICTs? The objective of this article is to raise new concerns around the possibilities of social participation generated from a digital instrument designed to substantiate the Multi-Year Plan at the municipal level. It is assumed that through participation in decision-making processes, such as in the preparation of the multi-annual plan, it is possible to have a more plural social representation in the political system. From the perspective of political culture, we analyzed the content and form of this participation through discourse analysis. Qualitative data reveal that the simple use of the internet to receive suggestions from the population does not represent, *per se*, an expansion of democratic space. The adoption of democratic values and behaviors does not only depend on the development of technical means that enable the participation of individuals; but above all, the creation of institutions that encourage the sharing of decision-making power, such as councils and forums.

KEYWORDS: Brazilian Political Culture; Democracy; Internet; Social Participation.



1. INTRODUÇÃO

Uma certa euforia tomava conta de alguns setores progressistas do Brasil no início desse século. A introdução das tecnologias de informação e da comunicação (TIC's) na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas teria o condão de acelerar o 'tempo perdido'. O longo caminho até a cidadania plena teria, enfim, uma espécie de atalho? Alcançaríamos, finalmente, a condição de partícipes de uma comunidade política? A expectativa era que os meios técnicos de comunicação pudessem promover, após séculos de autoritarismo e suas consequências, aquilo que não havíamos conseguido implementar de modo amplo e permanente, a saber, a capilarização da participação dos brasileiros em processos decisórios na condução da vida coletiva. Contudo a euforia parece ter arrefecido, a simples utilização das TIC's não parecia corresponder às promessas iniciais. As expectativas com a própria democracia foram abaladas na última década do novo século.

A ausência da participação social tem acompanhado nossa história, como argumenta Carvalho (2002) ao registrar a repressão aos movimentos sociais, a abrangência histórica do voto censitário, a exclusão do voto dos analfabetos e os exíguos períodos democráticos interrompidos por governos autoritários. Cumpre destacar que vivemos hoje a nossa experiência democrática mais duradoura, e nos preocupamos seriamente sobre a possibilidade de sua interrupção. A literatura acerca da cultura política brasileira mostra que as iniciativas para a formação de uma comunidade política participativa foram suprimidas, pois as tentativas de protagonismo popular foram sempre coibidas com violência ao longo do Brasil Colônia à República (Carvalho, 2002). No entanto, analisar a política brasileira a partir da perspectiva dos aspectos subjetivos que a envolvem não implica em conferir à sincronia prerrogativa para análise da vida política. Sabemos que a cultura não determina a história, como nos alertou Sahlins (1999). Mas, tentando superar a velha oposição entre sincronia e diacronia ficamos surpresos com a capacidade humana de repetir certos padrões comportamentais. Olhando para o Brasil contemporâneo, especialmente para a ausência de participação dos brasileiros em processos decisórios referentes à condução da vida pública e uma crescente retórica antissistema, observamos a repetição de certos padrões. Pode-se notar até mesmo um certo desprezo pelas esferas garantidoras dessa participação. De qualquer forma é preciso esclarecer que não pretendemos enunciar que se trata de uma condição permanente, uma espécie de 'sentença de morte' para nossa comunidade política. Mas, tampouco devemos ignorar os mecanismos insidiosos que reproduzem seu *modus operandi*.

Os aspectos subjetivos constitutivos da vida política são igualmente moduladores de nosso cenário político, tanto quanto podem ser: os arranjos institucionais, os desenhos constitucionais e as relações socioeconômicas. E se recorremos a história para explicar sua gênese, como nos parágrafos subsequentes, não é para sugerir uma relação atávica com o passado; mas para compreender a complexidade dos mecanismos contemporâneos e lançar luz sobre certos arranjos institucionais capazes de fazer perdurar alguns padrões e, para sermos capazes também de reconhecer suas descontinuidades.

O tipo de colonização comercial, o modelo de Estado importado de Portugal, o longo período de escravidão, a grande propriedade rural-monocultora, o analfabetismo, o patriarcado, o clientelismo como uma forma de acesso aos recursos do Estado e os regimes autoritários corroboraram, cada um à sua medida, para que a comunidade política brasileira estivesse a trilhar um longo caminho até a cidadania (Carvalho, 2002). A expectativa de que as tecnologias pudessem de alguma forma encurtar esse caminho esmoreceu, como já sabemos. Mas o que esperar do conteúdo da participação mediada pelas TIC'S?

A expansão da internet possibilitou a aplicação dos recursos tecnológicos em diversas áreas e com objetivos muito distintos com reflexos na economia, na sociedade e no Estado. O Estado tem lançado mão dessas tecnologias em prol de benefícios gerenciais através da prestação dos serviços públicos de forma online. No entanto, em termos de abertura para a participação e ampliação da democracia, as iniciativas digitais ainda têm sido incipientes (Winkler et



al., 2019). Ainda mais incipientes parecem ser os resultados em termos de participação qualificada através das iniciativas já adotadas. Afinal, qual o sentido em ouvir ou acolher as demandas de cidadãos atomizados? Os indivíduos isolados “participam” da gestão sem a necessidade de formulação de consensos coletivos. Que esfera pública emergirá dessa prática? Que comunidade política se constituirá? Neste artigo, por meio de um estudo de caso, procuramos lançar luz sobre o tema.

Em 2017, um município de médio porte (com 261.584 habitantes, de acordo com o censo de 2022, IBGE¹) do sul do estado do Rio de Janeiro adotou uma agenda governamental voltada à modernização do aparato estatal. Nesse contexto, uma das primeiras ações feitas foi uma reforma administrativa, que induziu a utilização de instrumentos digitais de participação social na gestão municipal de forma pioneira na região. Responsável por implementar os instrumentos digitais de participação, a secretaria de planejamento, tinha como objetivo principal otimizar a gestão pública, tornando-a mais eficiente e participativa.

Dessa forma, o planejamento das finanças públicas foi impactado pelas tecnologias que deveriam fazer uma ponte entre o poder público municipal e os cidadãos. Adotou-se uma estratégia inovadora na região sul fluminense de elaboração do Plano Plurianual (PPA) — importante peça orçamentária prevista pela Constituição Federal de 1988. Trata-se de um instrumento estratégico, pois ele atua como uma espécie de guia para as outras peças orçamentárias, a saber, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). A metodologia de participação híbrida, que rendeu o adjetivo “participativo” ao plano plurianual, foi um empreendimento considerado bem-sucedido por aqueles que a elaboraram. Foram disponibilizados quinze formulários online em áreas diferentes, como saúde, educação, assistência social entre outras. Solicitava-se sugestões aos cidadãos do município sobre os problemas e soluções para cada eixo temático.

2. METODOLOGIA

Cerca de 1.647 interações textuais foram feitas pelos cidadãos nas plataformas (Souza et al., 2018). Essas interações juntamente com as possibilidades de respostas fomentadas pelo formulário constituem o nosso foco de análise. A pesquisa levou em consideração a viabilidade de dissenso por meio desses espaços virtuais, capacidade de coletar sugestões, e a possibilidade de os formulários orientarem as respostas dos cidadãos. Para isso, utilizou-se como método a análise de discurso. Essa abordagem caracteriza o discurso como um objeto linguístico e histórico (Gregolin, 1995). Assim, os discursos espelham certas ideologias presentes em uma sociedade e por isso são capazes de mostrar continuidades e descontinuidades de certos valores e percepções sociais. Os efeitos de sentido assumem papel importante na pesquisa, que parte da análise da embreagem da enunciação destacada por Fiorin (2018) para entender o efeito de sentido empregado pelos enunciadores ao elaborar um texto na primeira ou terceira pessoa.

Presume-se que esses efeitos estejam interligados a cultura política, pois conferem graus de subjetividade e objetividade ao discurso. Como cultura política compreende-se o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento dos seus atores” (Carneiro e Kuschnir, 1999, p. 227). Essa perspectiva de análise pretende explicar que os comportamentos culturais interferem na vida política sem, contudo, reduzir o cenário político a qualquer tipo de determinismo cultural.

De acordo com Fiorin (2018, p.74) a utilização da terceira pessoa cria o efeito de subjetividade que revela o *eu* no interior do discurso. “Quando se emprega a terceira pessoa em lugar da primeira, cria-se um efeito de objetividade, porque se ressalta um papel social e não uma subjetividade” (Fiorin, 2018, p. 74). É possível ver esse recurso por vezes utilizado na esfera pública como um argumento para conseguir um determinado serviço ou apoio. No presente

¹ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html>



trabalho, a análise dos discursos procura identificar o efeito gerado por aqueles que descreveram os problemas do município e registraram suas sugestões para a cidade dentro da plataforma digital.

Compreendemos que “as formas de comunicação efetivamente empregadas nos permitem penetrar nas percepções, crenças e valores que constituem representações sociais do universo político.” (Reis, 1990, p. 167). Entendemos que essas crenças são submetidas às transformações constantes, e que o conteúdo do discurso irá demonstrar em algum grau as continuidades e descontinuidades de certos valores e percepções.

Entrevista, análises documentais e bibliográficas também alicerçam este estudo que busca compreender os limites dos instrumentos digitais empregados para participação; e nesse caso concreto, como buscaram evitar situações personalistas. Assim, trata-se de um estudo de caso sobre o PPA Participativo. O artigo está dividido em sete seções, a seção a seguir discute a cultura política brasileira e a baixa taxa de participação social em processos decisórios acerca da vida coletiva. Em seguida, procura-se descrever brevemente as expectativas geradas pelas potencialidades supostamente democráticas das TIC’S. A seção subsequente é destinada à análise dos dados. Compilamos o discurso dos gestores identificando as possibilidades de respostas que os formulários digitais apresentavam. Analisamos o discurso dos internautas através do acesso aos formulários e buscamos compreender as continuidades e descontinuidades de valores sociais neles expressos. A análise do caso concreto sugere, como observado em outros trabalhos, que a participação social depende da criação de institucionalidades que funcionem como mecanismos indutores. Contudo, a existência de dispositivos técnicos, entre eles plataformas digitais *per si*, não terão o condão de efetivar a ampliação da participação social nas tomadas de decisão. A viabilidade dessa participação parece estar diretamente ligada a disposição do Estado em partilhar o poder político entre diferentes camadas e extratos da sociedade, mais do que de sua capacidade técnica para isso. As TIC’s e sua utilização pelo poder público municipal indicam a capacidade técnica instalada, já a disposição em partilhar o poder decisório será preciso analisar a partir de outros indicadores.

3. REVISÃO DE LITERATURA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA

A cidadania é entendida por Marshall (1967) como uma via de integração social e é um “status” concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade política, logo todos aqueles que possuem esse “status” são iguais em direitos e obrigações. A cidadania está diretamente ligada ao sentimento de pertença de um indivíduo a uma nação e é atingida plenamente quando essa relação entre indivíduo e Estado é permeada por direitos civis, políticos e sociais. A participação pode ser vista como um importante instrumento para conquista desse status (Tenório, 1997). Mas o que é participar de uma comunidade política?

Primeiro, é necessário entender que a participação é uma necessidade humana (Bordenave, 1983). As pessoas aprendem a fazer parte de uma família, de uma rede de amigos e de uma empresa, por exemplo. Assim, a participação é um processo de vivência coletiva e não individual e possui graus e níveis diferentes (Bordenave, 1983). O sistema cultural influencia diretamente no grau de participação das pessoas, desde a esfera doméstica até a esfera pública. Por exemplo, em uma sociedade marcada pela cultura machista, a participação das mulheres e das crianças é inferiorizada dentro das famílias e apenas a figura masculina do pai pode tomar decisões de fato. Um aspecto que produz impactos na esfera pública, levando à preponderância masculina na ocupação de cargos importantes e na tomada de decisão.

A forma como as pessoas participam de uma sociedade é afetada pela dimensão cultural. A partir do século XX, essa dimensão foi recebendo destaque como uma importante variável com potencial para explicar o absenteísmo e a participação social.



O interesse pelas componentes sociais do mundo político tem vindo a crescer sobretudo no século XX, a partir da constatação de que as condições de um real respeito pelas regras da convivência democrática e a possibilidade de uma efectiva participação política, por parte dos membros de uma sociedade, não dependem tanto das escolhas e dos controlos levados à prática pelas instituições que presidem à política (constituição do Estado, formas de governo, partidos, etc), quanto dos processos de socialização que favorecem a observância difusa de regras da vida civil. (Crespi, 1997, p. 216)

A participação social não deve ser limitada ao exercício do voto em um sistema democrático. O ocidente convencionou denominar Estado democrático aquele caracterizado pela existência de cidadãos que concebendo-se como livres e iguais e compartilhando um sentimento de pertença à comunidade política deverão consensuar, mesmo que de modo representativo e provisório, sobre os rumos da vida coletiva. Democracia implica na convivência com a diversidade, principalmente, em sociedades industriais, nas quais as pessoas ocupam espaços distintos em função da divisão social do trabalho e da estratificação em classes que dela decorre seja em sociedades de capitalismo central ou periférico, como o caso brasileiro. E é sob essa heterogeneidade, que os acordos coletivos (mais ou menos duráveis) precisam ser construídos para que o sistema democrático funcione. Logo, o governo do povo acarreta negociações coletivas pautadas no dissenso e na construção de um consenso coletivo, mesmo que provisoriamente constituído.

A própria Constituição Federal de 1988 estabelece espaços participativos como os Conselhos de Políticas Públicas, que devem promover a deliberação do povo a partir de uma construção coletiva do consenso. Assim, cabe nos perguntarmos, qual é o conjunto de comportamentos e crenças que impactam diretamente a participação da sociedade brasileira como uma comunidade política? Já que o maior instrumento legal vigente no país preconiza a participação social, parte-se do pressuposto que a disposição associativa, ou a falta dela, entre os brasileiros reverbera nosso passado e padrões que renitentes persistem, atualizados por mecanismos contemporâneos.

A ausência de associativismo encontra suas raízes em uma colonização feita ‘a deus-dará’ com fins estritamente comerciais. O desleixo do colonizador pode ser visto na falta de cuidado com o solo e na despreocupação em estabelecer uma civilização para além da região litorânea, argumenta Sérgio Buarque de Holanda (2014). A carência de planejamento juntamente com os descuidos do colonizador inauguraram fragilidades que até hoje procuramos superar, sobretudo, no que diz respeito à constituição da esfera pública. A família patriarcal baseada na concentração fundiária, na produção rural-monocultora e no trabalho escravo fez com o que o Brasil Colônia, Império e República girassem à sua volta. Finda a colônia, o nascimento do Estado brasileiro foi anterior ao sentimento de pertencimento à uma comunidade, a saber, a nação, como evidenciou Reis (1988). O Estado brasileiro foi também produto direto da ordem privada, uma maneira de garantir seu centripetismo em nossa organização social; não tendo nascido, portanto, a partir de uma ruptura com o poder do *pater familias*, como argumenta Duarte (1939). Os poderes econômicos e políticos da família enquanto ‘ordem social’ (Duarte, 1939) foram enfraquecidos após a urbanização tardia do país, mas a sua influência e os seus impactos são ainda sentidos na contemporaneidade.

Assim, os interesses privados das famílias penetraram o aparelho estatal desde a colônia até a formação do Estado independente. As nomeações de amigos e parentes para cargos públicos não está circunscrita ao passado, os interesses de certos ‘mandachuvas’ ainda são atendidos pelo Estado. Neste universo prepondera a prestância, no qual os laços entre familiares e amigos justifica a união em prol de algum objetivo que, via de regra, não é público. Assim, aquele que não é envolto pelos laços domésticos inexistente socialmente ou melhor existe como uma espécie de pária. A inexistência social e também política do cidadão que “sem padrinho permanece pagão”, nos ajuda a compreender por que ideais republicanos e democráticos permanecem um grande ‘mal-entendido’ entre nós. A preponderância das relações pessoalizadas e sua persistência no tempo, por meio de inúmeros e diversos mecanismos, tem sido um obstáculo à formação de uma comunidade política participativa.



No Brasil, diferente do que Polanyi (2000) e Weber (1982) supunham, as relações impessoais capitalistas não eliminaram os padrões de pessoalidade presentes em nossa sociedade, como argumentou Nunes (2003). A impessoalidade como forma de obediência às leis e a universalidade de procedimentos coexistem com as relações arbitrárias e assimétricas de poder. As percepções que permeiam a relação entre sociedade e Estado parecem estar longe dos ideais republicanos enfáticos no interesse público. O Estado burocrático coexiste com o ‘jeitinho brasileiro’, analisado por DaMatta (1997), diante do qual a sobrevivência social depende das redes pessoalizadas que os indivíduos são capazes de tecer.

Assim sendo, como os instrumentos digitais que fomentam a participação são capazes de nos ajudar a evitar as situações personalistas que tem, por meio de mecanismos distintos, persistido ao longo de nossa história? Como nos ajudarão na caminhada rumo à cidadania?

EXPECTATIVAS ‘REVOLUCIONÁRIAS’

Como uma espécie de “marco civilizatório”, a internet dividiu a realidade e as relações sociais entre antes e depois da experiência da rede (Pinho, 2011). Diante da importância que essa tecnologia vem assumindo, não é incomum que surjam expectativas em relação à vida pública e ao próprio sistema democrático. “A ideia de que a tecnologia poderia servir para construir sociedades mais democráticas foi sendo paulatinamente construída por pelo menos 45 anos.” (Gomes, 2018, p. 21). Até que ponto a internet é capaz de colaborar para a construção e manutenção de sociedades democráticas? Essa pergunta parece retórica depois da experiência dos últimos pleitos no Brasil. Mas não o é. Ela aponta para a necessidade de uma reflexão genuína e profunda sobre o tema. E, sobretudo, que evite os maniqueísmos tão comuns, mesmo no mundo acadêmico.

Na primeira década deste século, as expectativas em torno dos ganhos para democracia, e, principalmente, para a participação geraram uma espécie de euforia dentro da comunidade acadêmica. Os grandes otimistas desse processo atribuíram expectativas revolucionárias às tecnologias, como afirma Pinho (2011). Sobretudo em relação ao uso dessas tecnologias para o sistema democrático, que seria beneficiado com um relativo salto qualitativo em termos de participação social. Os ganhos logísticos que as TIC’S proporcionam embasaram grande parte desse otimismo. Ora se há custos para participação do cidadão, como o custo de locomoção, por exemplo, as TIC’S conseguiriam resolvê-los através da criação de espaços online interativos, portais e websites governamentais, possibilitando um espaço participativo no conforto do lar. Nesse sentido, promessas foram feitas pelos entusiastas que acreditavam na resolução dos problemas da democracia via internet. Resolver de forma *online* os desafios da democracia *offline*, principalmente, em relação à baixa taxa de participação (Gomes, 2018) soa ainda mais desafiador depois das últimas eleições presidenciais brasileiras.

Se por um lado as tecnologias facilitam a coleta de sugestões dos cidadãos para tomadas de decisão dos entes federativos, por outro, não têm o condão para promover entre os indivíduos que fazem uso dessa tecnologia o sentimento de partícipes em uma comunidade política. Deste modo, é imprescindível nos perguntarmos que tipo de acordo coletivo mais ou menos durável essas tecnologias podem proporcionar?

A realidade do governo eletrônico (*e-gov*) no Brasil mostra um aproveitamento maior das capacidades logísticas e gerenciais das TIC’s, que foram incorporadas a partir da década de 90 ao aparato estatal federal, do que o aprofundamento de uma democracia digital. No caso brasileiro, o uso das TIC’S está estreitamente relacionado à busca por modernização e desburocratização do Estado, com ênfase na eficiência administrativa. (Diniz et al., 2009). O uso gerencial foi muito difundido, pois há uma diminuição de custos considerável para prestação de serviços desse modo. E objetivos, como a transparência das informações, são facilitados com a utilização dessas tecnologias. No âmbito municipal, a carência por explorar o lado participativo desses instrumentos é ainda mais sentida. (Winkler et al., 2019).



SITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Em 2017, foi possível encontrar uma gestão municipal preocupada em fomentar a participação social através da internet de forma inovadora na região sul-fluminense (RJ). A metodologia participativa do PPA Digital envolveu a elaboração de quinze formulários digitais com o objetivo de acolher sugestões da população acerca dos problemas e de possíveis soluções para o município. Contudo, o contexto democrático não é o único capaz de propiciar iniciativas de acolhimento às sugestões da população. Há cerca de 50 anos um projeto idealizado pelo fugaz Ministério da Desburocratização lançava a iniciativa de acolher a “participação” popular em meio à ditadura, iniciativa documentada e analisada por Reis (1990). O apelo personalista do ministro da desburocratização, na década de 1970, para que as pessoas pudessem participar enviando por meio de cartas suas sugestões destinadas à “desburocratização” da máquina pública, só evidenciava, como revelou Reis (1990) que o Brasil precisava de mais burocracia. Os pedidos de caráter pessoal encontrados nas cartas dos missivistas indicavam que a esfera pública brasileira precisava de mais impessoalidade, importante característica da burocracia e um dos princípios da administração pública. Esse princípio consiste exatamente na dissociação entre as esferas pública e privada. No caso concreto analisado por Reis (1990), constata-se que a pessoalidade foi a marca registrada da relação entre o ministro de Estado e os missivistas. Iniciativas contemporâneas e com pretensões democráticas para coletar sugestões sobre a gestão dos recursos municipais por meio de novas tecnologias de comunicação indicariam que tipo de mudança nos rumos da relação entre representantes da entidade pública e cidadãos?

A FERRAMENTA UTILIZADA: DESCRIÇÃO DOS FORMULÁRIOS DO “PPA DIGITAL”

De acordo com os elaboradores do projeto municipal, os formulários foram produtos de uma escolha circunscrita para dar oportunidade de manifestação às pessoas, de um lado, e ter possibilidade operacional para tabular e organizar as sugestões, de outro. Diante desse cenário os idealizadores optaram por um modelo em que a participação fosse feita por meio de campos abertos em formulários elaborados através do *Google Forms*, com apenas um campo de identificação do cidadão, o e-mail. Parecia haver uma preocupação genuína em criar um mecanismo participativo, que possibilitasse a construção de um diagnóstico e a elaboração do projeto com base na opinião dos cidadãos. O Plano Plurianual (PPA) Digital foi amplamente divulgado em *outdoors*, foi feita uma publicação no Diário Oficial do município, foram feitas audiências públicas, e além disso os gestores responsáveis foram às rádios para chamar a população à participação por meio desses formulários. Os resultados dessa ação foram considerados positivos pelos responsáveis.

Em termos participativos, o formulário apresenta alguns limitadores. Observe a seguinte sugestão: “Em poucas palavras, aponte até 5 problemas que você identifica na saúde pública do município. Exemplo: Demora na realização de exames de alto custo”. Sugestões similares foram feitas em todos os formulários sendo adaptadas a cada eixo temático. Foram disponibilizados quinze eixos temáticos, sendo eles: Saneamento Básico, Saúde, Segurança Pública, Serviço Público, Transparência e Participação Social, Turismo, Assistência Social, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Emprego e Renda, Esporte e Lazer, Funcionalismo Público, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente. No entanto, o que essa maneira de perguntar acompanhada por um exemplo fomenta? Em que medida é capaz de criar um espaço de protagonismo decisório dos cidadãos através da construção de consensos coletivos? Sabemos que as iniciativas de acolhimento de sugestões não representam por si só a ampliação do espaço democrático, como vimos, podem ser empregadas para sedimentar exatamente o contrário, como demonstrado no estudo realizado por Reis (1990). Na ocasião, o poder público federal estimulava o envio de cartas com sugestões sobre o combate à burocracia, propalado objetivo do recém-criado ministério. Destaca-se que em plena década de 1970, nos “anos de chumbo” e em tempos de forte supressão dos direitos humanos, houve a iniciativa estatal de escutar a opinião dos cidadãos. Mais que um canal de oitiva, aberto com o apelo público à participação dos missivistas no “combate a burocracia”, havia também devolutiva. O ministério respondia as cartas, mesmo que de forma padronizada e de modo geral.



Percebe-se que nesse contexto autoritário, a preocupação de fomento à democracia era inexistente e o próprio apreço pelas liberdades também.

Argumentamos que a iniciativa estatal de lançar um instrumento para ouvir o cidadão não é análogo ao exercício de compartilhar o poder decisório com aquele que de fato o deveria exercer, como o episódio das missivas ilustra. Assim o trabalho de Reis (1990) sobre a burocracia brasileira nos ajuda a compreender, entre outras reflexões que suscita, que o acolhimento de sugestões, por si só, não nos remete à ampliação da participação de cidadãos, signatários de direitos e deveres, em processos decisórios. Note-se que as cartas, enviadas na década de 1970, foram instrumentos mais abertos, pois livres das sugestões de resposta, como aplicado no município, objeto desse estudo.

Fazendo uma breve comparação sem pretensões teleológicas entre a iniciativa do ministério da desburocratização, e seus apelos personalistas, com os formulários elaborados em contexto bem diverso, é possível inferir que há pouco espaço para a expressão das alegrias e tristezas dos cidadãos. Assim como há pouco espaço para narrar sua trajetória de vida. As sugestões deixadas como orientação aos participantes produziram efeitos sobre os discursos elaborados pelos munícipes conferindo-lhes um caráter mais impessoal, como veremos a seguir. No caso do desenvolvimento do PPA Participativo analisado houve a realização de um fórum para que as sugestões enviadas pelos internautas pudessem ser debatidas e fosse possível gerar algum consenso sobre o que constituiria o plano plurianual e também o que não seria incorporado ao plano. O que revela o objetivo de seus idealizadores em viabilizar a participação e o protagonismo da população na gestão municipal. O mesmo não pode ser dito sobre a iniciativa do extinto ministério.

O Fórum do PPA Participativo complementar, como previamente previsto, a iniciativa do PPA Digital. É possível afirmar que essas iniciativas, PPA Digital juntamente com o Fórum Participativo, evitaram a produção de política pública *top down*. O Fórum fomentou a produção de algum consenso acerca da destinação dos recursos público por meio do Plano Plurianual, após a discussão sobre os programas e as ações foi criado um caderno que sistematizou tudo o que foi sugerido pela população. E foi elaborado um selo de participação popular que indicava quais sugestões viraram políticas públicas.

Apesar de ser um tema exaustivamente apontado na academia, cabe mencionar a questão da exclusão digital como um importante limitador para coleta das sugestões através dos formulários disponibilizados em rede. Mesmo com a expansão das TIC's, muitas pessoas não possuem acesso à internet, o que torna a participação desigual favorecendo apenas quem tem esse recurso. Os formulários ficaram disponíveis do dia 26 de abril de 2017 ao dia 20 de junho de 2017. No dia 28 de abril de 2017, em rede social, o prefeito fez o seguinte convite: “Venha dialogar para construir uma cidade com eficiência para os próximos 4 anos. O PPA Participativo, é a principal ferramenta de planejamento e participação social e desta vez, você será o protagonista.”

Assim, o próprio convite reconhece um passado marcado pelo protagonismo de poucos. Após o envio da sugestão o internauta recebia o aviso da plataforma: “sua mensagem foi registrada”. A devolutiva dos gestores também ocorreu através do “Caderno do PPA Participativo 2018–2021” que indicava (com selo próprio) as iniciativas populares. Contudo, nos perguntamos até que ponto os formulários digitais fomentaram entre os participantes o sentimento de partícipes de uma comunidade política na tomada de decisões acerca do orçamento do município?

Apontar as limitações dessa iniciativa, diante do já arrefecido entusiasmo com o potencial das tecnologias digitais na promoção da democracia, nos ajuda a reconhecer os desafios impostos à conquista e consolidação da participação qualificada da população nas tomadas de decisão do poder público. Sabemos que essas iniciativas acabam por revelar a importância da expressão popular, da atenção aos anseios da população, titular do poder do voto; valoriza o pleito regular e o próprio ato de votar. Esses são aspectos que fortalecem a democracia representativa num período que ela parece estar tão combatida. Faz-se necessário ressaltar, que os instrumentos técnicos de comunicação facilitaram a construção de canais de oitivas.



Observamos as estratégias de personalismo que esses canais revelam. E consideramos que a disposição para o diálogo genuíno e a construção de consensos depende menos dos meios técnicos e muito mais da disposição das instituições em compartilhar o poder decisório com os diferentes segmentos da população.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

O apelo feito pelo prefeito convidava os cidadãos para assumirem o papel de protagonistas do processo decisório, no entanto como esse papel foi assumido por aqueles que participaram? Foram contabilizadas 1.647 interações textuais ao total no programa. Dentre as interações, 790 apontavam os problemas que mereciam atenção do gestor e 857 registraram as sugestões propostas pelos cidadãos. Dentre os quinze eixos temáticos dispostos, as áreas de Saúde, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente mostraram-se foco das angústias e sugestões da população. Em geral, os apontamentos sobre a infraestrutura da cidade ganharam notoriedade nos formulários, temas como falta de medicamentos e exames, falta de qualidade do transporte público e poluição também.

Já os Direitos Humanos, a Transparência e a Participação Social foram aquelas que receberam menor número de sugestões. Pode-se levantar duas hipóteses iniciais, não o fazem por considerarem a gestão municipal participativa, equânime e transparente ou por não considerarem a ausência de participação e transparência um problema. De qualquer forma, esse dado estimula a produção de outras frentes de pesquisa. Importante revelar por ora nossos achados, as poucas pessoas que participaram dessas áreas denunciaram o que foi chamado pelos participantes de: “ausência de participação” e “transparência” na gestão municipal.

Dentro do eixo de Direitos Humanos, as iniciativas populares giravam em torno das desigualdades sociais presentes no município em relação à população LGBTQIA+, a população negra e as pessoas em situação de rua. As oito sugestões de melhoria envolviam a resolução de problemas através de projetos sociais e da defesa do Estado laico. Nos formulários referentes a transparência e a participação social apontava-se falta de transparência em relação aos gastos públicos e ausência de participação popular na definição do orçamento municipal.

Apesar do número de interações e do resultado ter sido considerado positivo pelos elaboradores do instrumento, percebemos que os indivíduos que respondiam ao chamamento público para participação, o faziam sem vínculos com a comunidade política. O chamamos de sujeitos atomizados, pois o instrumento não gerou a possibilidade de dissenso entre aqueles que compartilham a vida pública, dissenso próprio da democracia. É possível afirmar que em algum grau houve certo reforço do personalismo, pois os cidadãos que participaram tomaram como ponto de referência suas demandas particulares. Seja a partir de um discurso de caráter personalista explícito, seja por meio de um discurso de caráter objetivo acerca do funcionamento dos aparelhos públicos que, contudo, nos remetia às demandas idiossincráticas. Dividiremos nos parágrafos subsequentes as interações em dois grupos a partir da análise do discurso e da relação com a cultura política brasileira, entendida aqui como padrões persistentes de comportamento dos indivíduos *vis à vis* os entes federativos e destes com os cidadãos.

GRUPO 1

A partir da análise do discurso foi possível observar os dois tipos de embreagem do discurso destacadas por Fiorin (2018), aqueles marcados pela objetividade e aqueles marcados pela subjetividade. De forma geral, as pessoas seguiram a sugestão proposta pelo formulário com grande grau de objetividade e simplicidade na construção das orações, como o exemplo sugeria. Isso aconteceu tanto na indicação dos problemas quanto nas sugestões para melhoria. Os exemplos abaixo demonstram:

“Falta de água em alguns bairros”. (Eixo: Saneamento Básico)

“Falta de gestão administrativa de projetos”. (Eixo: Turismo)

“Aumento da violência contra à mulher em locais de entretenimento”. (Eixo: Assistência social)



“Incentivar criação cultural na periferia e apresentação por toda cidade”. (Eixo: Cultura)

“Reformas e ampliação dos prédios escolares”. (Eixo: Educação)

Nesse tipo de escrita a objetividade ressalta o papel social dos apontamentos (Fiorin, 2018). Como nos exemplos acima, é possível perceber que estão sendo indicados problemas comuns à toda a cidade e que apesar de também afetarem individualmente as pessoas, a narrativa individualizada não foi o recurso utilizado para realizar a denúncia da situação do município. Sob a perspectiva da cultura política, essa expressão participativa mais objetiva pode aparentar uma potencial ruptura com aqueles traços pessoais que permeiam a vida pública, como já vimos. Nessa forma de participar o personalismo não foi observado. Duas hipóteses surgem para explicar tal acontecimento, a primeira, maior incorporação dos valores republicanos e democráticos; a segunda, a objetividade presente na maioria dos discursos foi influenciada diretamente pelo próprio formulário, que ao inserir um exemplo moldou a participação.

Não havia a pretensão de encontrarmos longos relatos pessoais, já que os formulários possuem uma linguagem mais burocrática do que as cartas analisadas por Reis (1990). Na experiência dos internautas o diálogo também foi direto entre o cidadão e o gestor público, representado pelos formulários. A impossibilidade do conflito entre as opiniões também produziu demandas com caráter pessoal, mesmo escritas sem a utilização de um recurso discursivo tão evidente. A segunda hipótese é mais aderente, pois mesmo com as sugestões feitas pelo formulário encontramos discursos com teor mais subjetivo e o emprego do personalismo.

GRUPO 2

A demanda pela resolução dos problemas da cidade por si só já é pessoal, pois não partiu de arena pública demandante e o chamamento foi direcionado aos indivíduos. O interessante neste grupo 2 é que foram utilizados recursos discursivos explicitamente subjetivos e inegavelmente personalistas. Veja as seguintes interações:

“Cirurgia de cataratas, á perder de vista literalmente, pois demora anos e farmácia municipal sem remédios, remédios do qual faço uso contínuo pois sou cardíaca lá está faltando SUSTRATE, CAVERDILOL ESSES SÃO O QUE EU PRECISO FORA ÀS OUTRA PESSOAS QUE TOMAM OUTROS REMÉDIOS!! (Eixo: Saúde)

Atrás da casa da minha tia não colocaram manilha e na rua olimpio teixeira a valeta continua aberta. (Eixo: Meio Ambiente)

Há 2 anos eu faço faculdade de noite e preciso subir e descer as passarelas do bairro Vila Americana, no entanto o índice de assaltos só vem aumentando! No bairro e na rodovia não há policiamento nos horários dos furtos, ida e volta da faculdade. E o número de pessoas que passam por essas 2 passarelas de noite só aumentou também, no entanto a bandidagem não se conteve. Mais policiamento na área, durante esse período, seria ótimo para a população! Uuuu” (Eixo: Segurança Pública).

Realizando a análise de discurso (Fiorin, 2018), percebemos que há um “eu” no interior de cada enunciado acima. Percebe-se que a falta de um medicamento específico afeta um “eu”, um problema de segurança pública afeta outro “eu” e um problema específico na rua de alguém com quem um certo “eu” estabelece relação afetiva e familiar. Que os problemas públicos afetem cada um à sua medida é uma obviedade, no entanto, por que algumas pessoas utilizaram suas narrativas subjetivas para demandar algo do poder público mesmo com a sugestão feita no formulário?

Nota-se a persistência de certos valores e percepções em nossa sociedade, sabemos que a cultura política não é homogênea, e que em uma única sociedade pode-se encontrar diversos padrões distintos da relação entre os cidadãos e a esfera pública, seja por conta da divisão social (Crespi, 1997) seja em função de outros aspectos



sociológicos. O que pode explicar a multiplicidade das formas discursivas. O teor denunciante nesse caso assemelha-se àquele destacado por Reis (1990). Contudo, não foram observados apelos diretos solicitando favores.

Realizamos entrevista com o secretário municipal que liderou o projeto do PPA Participativo, durante o depoimento ele descreveu o episódio do “convite não feito”. Numa das reuniões realizadas pela equipe do PPA Participativo em que falava com uma liderança social ouviu dessa liderança que ela não participaria do Fórum do PPA Participativo, pois não havia recebido um convite. A justificativa dada pela liderança em forma de comparação foi a seguinte: “se você faz um churrasco em sua casa e não me convida, eu não vou”. A gestão anterior possuía a prática de realizar convites diretos e pessoais destinados às lideranças locais. A estratégia de chamamento para participar dos formulários do PPA Digital e do Fórum do PPA Participativo, por sua vez, foi através de uma ampla divulgação nas redes sociais e rádios com caráter de convite público. O secretário destacou que a gestão tinha cuidado em não fazer convites diretos por dois motivos, o primeiro: evitar um certo paternalismo que existia entre o poder público e as lideranças e o segundo: não cometer erros operacionais de deixar alguma associação, instituto ou movimento social sem convite, em função da quantidade desses organismos e da premissa de que todos, mesmo os desconhecidos pelo gestor, deveriam participar.

O episódio do “convite não feito” nos leva a refletir sobre a confusão entre o público e o privado. A comparação do churrasco com o fórum é emblemática, pois coloca no mesmo patamar um espaço privado e outro que deveria ser público. A vida doméstica e afetiva exige que os convites sejam pessoais, mas a vida pública é uma esfera que deveria dispensar convites de caráter personalista. Destaca-se que o cidadão queixoso era uma liderança social.

Ainda sobre as subjetividades presentes no formulário, também merece destaque um recurso utilizado há muito tempo: os títulos. Lima Barreto (2021, p.36), em *Os Bruzundangas* vaticinou: “o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas obtém privilégios especiais, alguns constantes em leis e outros consignados nos costumes”. O título de formação dá certos privilégios, como cela especial na prisão, e traz muita credibilidade social para quem o possui também. Alguns títulos foram evocados pelos participantes para apontar problemas ou dar sugestões, os transcrevemos:

“Criação de comissão popular para fiscalização de licitações públicas. Quanto a este ponto, sou estudante de engenharia elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e gostaria de ter a oportunidade de participação na elaboração deste projeto se for possível. Uma boa referência é um projeto existente no sul do país, em Porto Alegre se não me engano”. (Eixo: Transparência e Participação)

“Sou Turismóloga, paraense, moro a 05 anos em VR e desde o início, percebo o potencial turístico que a Cidade tem, porém pouco trabalhado. Turismo de Negócios: Volta Redonda, apesar de poucos se atentarem, recebe turistas toda a semana. O chamado Turismo de Negócios, pessoas que vem a trabalho à cidade, é o mais forte. Um dado importante, é que essas pessoas ficam na cidade apenas de segunda à sexta. Por que não criar incentivos que façam essas pessoas permanecerem na cidade mesmo aos finais de semana?” (eixo: Turismo)

Essas interações evidenciam que o título ainda é um recurso utilizado para mostrar credibilidade, vemos assim a repetição de mais um padrão comportamental. Um único internauta se colocou à disposição para trabalhar em algum projeto, sua interação não se constitui em pedido explícito de emprego como nas cartas analisados por Reis (1990). Não mapeamos uma relação de clientela, ou seja, uma relação de troca de favores de natureza assistencialista ou de permuta bem típica das relações políticas brasileiras (Braga et al., 2013) nas interações do formulário.

Outro dado interessante: as interações que evocam o interlocutor, nesse caso o prefeito, o questionam sobre as políticas executadas. Algumas pessoas viram no formulário uma forma de comunicação direta com o chefe do poder executivo. Diferente do ministro que estabeleceu um chamamento mais particularista convocando os missivistas para



enviar cartas para ele (Reis, 1990), o prefeito não utilizou essa abordagem. Fato que não impediu que alguns internautas endereçassem suas sugestões/reclamações diretamente ao prefeito. Destacamos as seguintes interações:

“pq vc tirou os professores q tinha aqui no bairro. (Eixo: Esporte e Lazer)

Volte com os professores da Secretaria Municipal de Educação q foi demetidos. (Eixo: Esporte e Lazer)

Fulano poderia ter na cidade um campeonato dos bairros so nao fazemos ainda aqui no meu bairro pq nao tem eleição da associação. (Eixo: Esporte e Lazer)

No meu caso preciso comprar uma casa pelo Minha Casa Minha Vida e não posso, por ser assalariada. Somente quem não trabalha tem esse direito. Porque só eles, se eu também sou pobre? Justamente quem ganha bolsa família é privilegiado. Nós trabalhadores, sem direitos! Porque, se eu trabalho, quero comprar casa com os mesmos direitos deles, pois não sou rica!” (Eixo: Serviço Público)

Essas perguntas destinadas ao prefeito revelam como parcela dos internautas enxergaram na ferramenta uma oportunidade de indagar o prefeito. No formulário uma internauta afirma já ter estado com o prefeito, ela diz: “O Senhor prefeito conhece um pouco das minhas propostas, eu e minha amiga Jaqueline conversamos pessoalmente com ele”. (Eixo: Turismo)

A interação acima transcrita sugere que a pessoa considerou a conversa realizada pessoalmente com o prefeito mais importante do que sua participação no formulário digital. Argumentamos que esse instrumento não é suficiente para promover mudanças significativas na percepção dos cidadãos acerca da participação coletiva em processos decisórios. Não obstante seja instrumento eficiente para acolher sugestões dos indivíduos atomizados e dar transparência aos atos públicos, ele não permite conflitos, dissensos e a construção de consensos coletivos.

5. CONCLUSÃO

As inquietações levantadas ao longo do artigo só foram possíveis porque a presença das redes e o uso das TIC's têm permitido questionar o significado da participação política. Novos debates acerca da democracia são urgentes e contribuem para manutenção de agendas de pesquisa sobre a relação entre internet, participação social, avanços, retrocessos e mudanças na democracia.

Esse trabalho pretendeu colaborar com o debate em torno das possibilidades de participação social geradas a partir de um instrumento digital. Argumentamos que o uso dos formulários não representa, por si só, fortalecimento da democracia. Entre outros fatores, porque nesse caso a participação dos indivíduos se deu de forma atomizada, sem a interação entre os sujeitos. E acrescenta-se que os formulários não têm o condão de afastar personalismos, pois o ponto de partida das demandas analisadas, escritas de forma objetiva ou subjetiva, foi invariavelmente o indivíduo. Sobretudo, não houve espaço para construção de consensos coletivos, atribuindo ao fórum essa função. Identificamos nos formulários uma forma de participação na gestão pública em que o sujeito se encontra isolado. Situação que vai na contramão do próprio convívio em sociedade que é coletivo. O *bios politikos* aristotélico evidencia o homem como um animal político (*zoon politikon*) destinado a viver em sociedade e que é diferente de outros animais por possuir a capacidade do discurso (*lógos*) e a possibilidade de estabelecer uma comunicação política mediada pelas palavras. (Aristóteles, 2001). Desde a redemocratização no Brasil (1988) e até 2018 a liderança política e a governabilidade no cenário nacional foram resultantes de consensos políticos. A liderança política municipal, assim como a gestão do município, parecem ter uma dinâmica própria que não exploraremos aqui. Mas, é possível argumentar que mesmo no âmbito municipal, e em situação favorável à participação social, há dificuldades para implementação das TIC's como mecanismo indutor de consensos coletivos. É preciso compreender melhor essas limitações.



Como instrumento para o planejamento e implementação da política municipal, os formulários permitiram a incorporação de demandas isoladas que puderam ser, em outro momento, materializadas em ações. Além disso, entendemos que essas iniciativas possuem um caráter pedagógico. Sobretudo em um sistema político no qual há índices baixos de participação, essas iniciativas se tornam fundamentais para fomentar o interesse participativo.

O estudo apresentou algumas limitações que influenciaram a análise de dados. A principal limitação foi a impossibilidade de realizar o mapeamento do perfil dos internautas para que pudéssemos traçar a participação por meio de clivagens como: gênero, idade, renda, entre outros aspectos socioeconômicos. Limitação que nos impediu de apontar o perfil do público que mais utilizou a ferramenta. Outra limitação refere-se aos resultados que não podem ser generalizados, pois estão circunscritos apenas a uma realidade específica.

Por fim, ressaltamos assim como Tenório (2005, p. 105) que “a esfera pública, portanto, é o espaço intersubjetivo, comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo”. O entendimento mútuo emerge dos conflitos gerados nesse espaço, o que faz com que as pessoas se sintam de fato partícipes de uma comunidade política. Consideramos que carecemos de espaços coletivos que fomentem entendimentos mútuos resultantes dos inúmeros conflitos deflagrados em ambiente social marcado pela desigualdade.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. de P. A., Penteado, C. L. C., & Santos, M. B. P. Dos. (2015). Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, 22(supl.), 1597–1619.
- Aristóteles. (2001). *Política* (6.ª ed.). Editora Martin Claret Ltda.
- Barreto, Lima. (2021). *Os Bruzundangas*. Principis.
- Braga, S., Nicolás, M. A., & Becher, A. R. (2013). Clientelismo, internet e voto: Personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. *Opinião Pública*, 19(1), 168–197.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal: Centro Gráfico.
- Buarque de Holanda, S. B. (2014). *Raízes do Brasil* (27.ª ed.). Companhia das Letras.
- Carneiro, L. P., & Kuschner, K. (1999). As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, 13(24).
- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: O longo caminho* (3.ª ed.). Civilização Brasileira.
- Crespi, F. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Editorial Estampa.
- DaMatta, R. (1997). *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (6.ª edição). Rocco.
- Diniz, E. H., et al. (2009). O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *Revista de Administração Pública*, 43(1), 23–48.
- Duarte, N. (1939). *A Ordem Privada e a Organização Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*, 172. Companhia Editora Nacional.
- Fiorin, J. L. (2018). *Elementos de análise do discurso* (15.ª ed.). Contexto.
- Gomes, W. (2018). *A democracia no mundo digital: história, problemas e temas*. Edições Sesc São Paulo.



Gregolin, M. do R. V. (2021). A análise do discurso: conceitos e aplicações. *ALFA: Revista de Linguística*, 39, 1995. <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967>

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Livraria LER.

Nunes, E. (2003). *Gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático* (3.ª ed.). Jorge Zahar Editor Ltda.

Pinho, J. A. G. (2011). Democracia Digital na Área de Administração: Um levantamento da construção do campo no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 51(1), 98–106.

Reis, Elisa. (1990). O Estado-Nação Como Ideologia. *Estudos Históricos*, (2), 187–203.

Reis, E. P. (1990). Opressão Burocrática: O ponto de vista do cidadão. *Estudos Históricos*, 13(6), 161–179.

Sahlins, Marshall. (1999). *Ilhas de história*. Jorge Zahar Editor.

Souza, I. A. S., Henriques, E. A., & Delgado, M. V. A. (2018). *VR + Moderna, Transparente e Participativa*. Volta Redonda.

Tenório, F., & Rozenberg, J. (1997). *Gestão Pública e Cidadania: Metodologias Participativas em Ação*. *RAP*, 4, 101–125.

Tenório, F. (2005). (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão*, (5), 101–124.

Weber, M. (1982). *Ensaio de Sociologia* (5.ª edição). LTC Editora.

Winkler, I., et al. (2019). Democracia Digital Na Área da Administração: Um levantamento do campo no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24(78), 01–31.

DECLARAÇÃO ÉTICA

CONFLITO DE INTERESSE: Nada a declarar. **FINANCIAMENTO:** Nada a declarar. **REVISÃO POR PARES:** Dupla revisão anônima por pares.



Todo o conteúdo do NAUS — REVISTA LUSÓFONA DE ESTUDOS CULTURAIS E COMUNICACIONAIS é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.